



ACTA Nº 5/2011

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2011
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 27 DE JUNHO DE 2011

-----No dia 27 de Junho de 2011, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Junho, convocada ao abrigo do nº 1 do Artigo 49º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Artigo 19º, do nº 1 do Artigo 23º, do nº 3 do Artigo 26º e nº 2 do Artigo 29º, todos do respectivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação da proposta de contratação de Empréstimo de curto prazo no montante de 1 910 548,00€;*
- PONTO 2 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos – Ano 2010;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento de 2011;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Desafectação de Parcela de terreno do Domínio Público Municipal sita na Vila da Luz – Freguesia da Luz;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo e Investigação do Município de Lagos;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao artigo 10º do Regulamento da Componente de Apoio à Família e republicação, na íntegra, do referido Regulamento;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para a subscrição da Carta de Adesão à “MARALGARVE - Associação para a Dinamização da Economia do Mar na Região do Algarve”, a participação do município na Associação como sócio fundador, bem como a aprovação da minuta dos estatutos.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Dado o pedido de substituição para este dia da Sra. Ana Cristina Olivença (PS), Segunda Secretária da Mesa, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Reunião, um Deputado Municipal do Grupo do PS, Sr. Gonçalo



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Marreiros (PS). Verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 59 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	António Lourenço do Rosário Barroso
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Maria Alice de Jesus
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Carla Sofia Caneiro Escarduça

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas	17/06 a 11/07	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva	1 dia	Carla Sofia Caneiro Escarduça
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos	1 dia	Maria Teresa Andrêz Gonçalves
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves	1 dia	António Lourenço do Rosário Barroso
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	José Tomé
PS	José Tomé	1 dia	Maria Alice de Jesus*

-----* Tomou Posse.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante a Tomada de Posse, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DA DEPUTADA MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.00
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)	21.00

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respectiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Deputado Municipal:



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	REUNIÃO
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	2/05/2011

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador

-----FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador

-----ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:

-----Acta nº 3/2011 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de Abril de 2011.-----

-----A Acta nº 3/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	5	1	1	0	23
ABSTENÇÕES	2	0	0	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 29/AM/2011:**

-----Aprovada, por maioria, a Acta nº 3/2011 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de Abril de 2011.-----

-----Acta nº 4/2011 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de Maio de 2011.-----

-----A Acta nº 4/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	4	1	1	1	23
ABSTENÇÕES	2	1	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0



-----**DELIBERAÇÃO Nº 30/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta nº 4/2011 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de Maio de 2011.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O munícipe Sr. Carlos Bonança, fez a seguinte intervenção: “O meu nome é Carlos Bonança, sou empresário na cidade de Lagos, na área da publicidade e comunicação. Gostaria de iniciar esta apresentação com um pequeno exercício que melhor poderá ilustrar o que defendo que não aconteça na nossa cidade. Será que conseguem V. Exas. fechar os olhos e imaginar uma cidade sem publicidade? Sem cor? Sem movimento em torno das lojas? Pois é isso mesmo que em breve parece ir acontecer em Lagos. A cada dia a publicidade anunciando cada um dos serviços vai sendo substituída por cartazes anunciando o fecho das lojas, que se alugam ou vendem. Sei que a conjectura económica nacional, será sem dúvida a principal causa desta situação, no entanto a falta de diálogo entre os gabinetes da Câmara Municipal e os empresários e comerciantes também não ajuda a resolver as coisas. Daí que entenda esta minha exposição como uma contribuição no sentido de se promover a resolução dos problemas em vez do habitual, quero, posso e mando. Aquilo que aqui defendo é uma política de sensibilização efectiva: a Autarquia precisa de verbas, portanto delimite-se as fronteiras do que é ou não é permitido, licencie-se e cobre-se as respectivas taxas de forma justa e equitativa. Seria recomendável que se criassem equipas de sensibilização junto dos comerciantes com os respectivos impressos para dar de imediato início ao processo de legalização de publicidade, informando sobre os valores a pagar e dando inclusive descontos para a legalização voluntária. Se já existem instrumentos publicitários idênticos para quê analisar processos, licencie-se e cobre-se. Veja-se por exemplo o centro histórico de Cascais onde quase a totalidade dos negócios apresenta as fachadas com letras e logótipos em inox com ou sem iluminação, sendo uma forma de baixar o “ruído” publicitário, sem proibir o mesmo. Ou sejam são determinados os limites do que se pode fazer e deixa-se fazer, pronto! A verdade é que existem reclamos luminosos não legalizados no centro da cidade de Lagos, contra os quais a autarquia moveu processos, mas que continuam a fazer o seu “trabalho” diário, não pagando licença e sendo por isso um meio de concorrência desleal perante os que cumprem. E não se faz nada contra! Não é de forma alguma justificável, que se elimine pura e simplesmente certas formas de publicidade apenas porque, e passo a citar uma informação interna do município em 11 de Novembro de 2010: “... atendendo à desistência de algumas licenças, verificou-se uma redução do número de outdoors, representando um ganho na qualidade ambiental do município...”, mas onde falta referir o prejuízo para os cofres do município pela anulação das eventuais taxas a cobrar por este meio publicitário. Durante anos houve empresas que não pagaram nada pela utilização destes meios, e nada foi feito. Agora decidiu-se por uma cruzada de abate de outdoors que só tem comparação na de D. Quixote contra os moinhos. Corta-se tudo, em vez de determinar áreas onde poderão conviver com o nosso ambiente. Ou será que os cerca de 2160 €/ano de cada outdoor será um valor tão insignificante para os cofres da Autarquia? Acho que temos espaço nas entradas do



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

concelho para pelo menos 50 ou 60 estruturas, o que em nada seria diferente no que acontece na quase totalidade dos concelhos deste país. Ou seja uma rentabilidade anual mínima de 129.600 € para as 60 posições. Na verdade as regras não podem mudar de acordo com os estados de espírito de determinado vereador ou técnico superior. Seria expectável que por vezes saíssem dos vossos gabinetes e sentissem o que na realidade se passa no dia a dia. Recordo que no passado a Autarquia dispunha de cerca de 40 suportes publicitários de pré-sinalização que foi abandonada e que durante anos deixou de ser uma receita para os cofres da mesma passando a ser um meio de publicidade ilegal para muitos. Agora assistimos a uma total falta de consistência na cobrança das taxas em relação a determinados tipos de publicidade. Senão vejamos: - dois Outdoors privados, sendo um na rotunda de acesso ao Porto de Mós e o outro no Porto de Mós, que nunca chegou a ser implantado: pagavam cerca de 300 €/ano, agora pretendia-se cobrar 23.000 €/ano, que após reclamação da entidade proprietária, baixou para 13.000 €/ano, o que mesmo assim fica completamente fora da Tabela de Taxas e Licenças definida para 2011. - Frota de viaturas de uma empresa dedicada ao ramo de gestão de condomínios: pretendeu-se cobrar mais de 300 €/ano por viatura, porque tinha publicidade em língua estrangeira, foi removida a referida publicidade e agora afinal já não se paga 5 vezes mais pela língua estrangeira, ou seja a entidade foi lesada duplamente. Na verdade estes são apenas dois casos dos muitos de que tenho conhecimento pela facto de com eles lidar no dia a dia, mas até tenho vergonha de outros aqui apresentar, pelo ridículo de certas situações criadas a empresários e comerciantes. É hora de reconhecer que o elevado despesismo de outrora nos colocou em situação difícil. E não será de certo com programas de escapadinhas culturais que em nada nos promovem sobretudo quando não temos quase nada para oferecer para além do sol e mar, que vamos resolver os problemas. Veja-se o programa do Algarve que em 2011 apenas contempla uma iniciativa no nosso concelho! Enfim, parece-me que o executivo camarário, já reconhece a falta de espaço de manobra para trabalhar, seja por falta de verbas ou por falta de imaginação. Até nos parece que estão só à espera que passem os dois anos que faltam para cumprir o mandato. Sem pensar que as decisões erradas que hoje são tomadas estarão a comprometer o futuro dos nossos filhos. Acabaram muitos dos eventos que já eram tradição em Lagos, e os que ainda vão acontecendo estão debilitados e a caminho de um fim previsível. Qualquer dia somos conhecidos como o concelho onde nada acontece. Gastou-se para além do necessário, viveu-se acima das possibilidades e desperdiçaram-se meios. Talvez não fosse descabido reconhecer alguma incapacidade e convocar as forças vivas do concelho: comerciantes, empresários, associações, funcionários da Autarquia e todos os que queiram de verdade ajudar sem outros interesses que não sejam os de contribuir para um futuro sustentável do nosso concelho, e tentar fazer algo por Lagos. Eu estou disponível. Pode ser que ainda não seja tarde!"-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 85/2011 a 148/2011, inclusive.-----



-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 84/2011 a 122/2011, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. José Valentim (PSD) fez a seguinte intervenção: “Exmo. Senhor Presidente da Mesa, Senhoras e Senhores Membros, da Assembleia Municipal, excelentíssimo público. Quero aqui expressar a minha preocupação e juntar-me à preocupação do munícipe que acabou de intervir. Na sessão ordinária, da Assembleia Municipal, de 26 de Abril, último, na parte final, como bem se lembram, o senhor Presidente da Câmara teceu considerações a propósito da aplicação de portagens, na via do Infante, persuadido que estas foram exigência inconveniente do PSD contra vontade do PS. Fez, também, nova alusão à posição por mim defendida durante o exercício das funções de Governador Civil do Distrito de Faro, (não consta da acta), denotando implícito julgamento que, de imediato, despertou a tendência natural de replicar. Todavia, pelo escasso tempo que dispus ou inabilidade reconheço não o ter conseguido suficientemente. Daí ter optado por, revisitar o baú das recordações, reintroduzir a temática e reviver o caderno de encargos, que ditara a ideia e corporizou a defesa do princípio universal da aplicação das portagens, nas Scut. Decorria a década de noventa, do século passado, quando o processo se iniciara, na vigência do XIII Governo Constitucional, de maioria PS. Nesse tempo, exercendo funções autárquicas, participei em debates, seminários, sessões de esclarecimento, - boas práticas caídas em desuso -, os quais foram decisivos na adesão ao princípio da aplicação universal, do pagamento das portagens. Isto é: do utilizador/pagador, tido, aliás, como o mais certo e justo à defesa do interesse individual e colectivo. Inclusive, fora reiterada a ideia de que a adopção desse princípio aliviaria a pressão sobre as finanças públicas, não havendo dúvidas, que caso as portagens, não fossem pagas pelos utilizadores, sê-lo-iam pelo Orçamento do Estado. Este, não comportaria tantos encargos financeiros sem aumentar os, já elevados impostos, produzindo inerentes reflexos negativos nas famílias, nas empresas e na economia em geral. Acresce que, no PSD, excepto uma ou outra voz dissonante predominou a defesa do princípio geral e universal na aplicação das portagens. E, nesse sentido, a actual liderança, a meu ver, ganhou dimensão e credibilidade ao respeitar aquele princípio, o mesmo não se poderá dizer dos que condicionam a defesa das suas posições aos interesses ocasionais. Foi, pois, naquele tempo e contexto, junto a outros, que decidi aderir à defesa do princípio do utilizador/pagador. E, tudo começara “à priori” do exercício das funções de Governador Civil. Logo a sibilina tentativa de extrapolação para outras ilações e conotações traduz desatenção ou deselegância, no mínimo. Com efeito, o que esteve, e está, efectivamente em causa é a convicção da defesa coerente de um princípio que acreditámos ser o melhor para o interesse nacional independentemente das circunstâncias. No, entretanto, houve quem, por conveniência, disso fizesse matreiro uso, de arremesso político partidário, mas esses evidenciaram, entre outras possíveis leituras, indiferença suspeição ou desconhecimento do passado recente, o que em nada abona a seu favor, porque têm no presente a responsabilidade de preparar o futuro, e isso, não dispensa conhecer o



Fl. 33v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

passado. O tempo - esse grande Mestre - veio confirmar que a construção das vias sem custos para o utilizador, nos moldes definidos, acompanhadas de outras acções nacionais e locais, irresponsáveis, resultaram num forte contributo para que o País e o Município estejam, hoje, financeiramente de pantanas. Emergiu, assim, a “Dividocracia,” corrente “política e filosófica” de efeitos transversais, actuante, gradual e progressiva, com base em teorias económicas perversas na qualidade vida e bem estar social das comunidades, sufocando-as com a indecorosa carga de impostos nacionais, directos e indirectos, taxas, tarifas, derramas e IMI(s), municipais, subtraídos, a empresários a trabalhadores e reformados. E, mesmo assim, insuficientes para pagar o que hoje se gasta. Que dirão os jovens, amanhã, ao herdarem a dívida que não contraíram? Por último, gostaria de sublinhar que o princípio da aplicação universal nas portagens garantiria, em geral: - A existência de vias alternativas, cabendo aos utilizadores a opção da escolha; não aumento dos impostos, nomeadamente, do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos) e o ISV (imposto sobre veículos automóveis). Quanto ao caso particular do Algarve, devido à sua especificidade regional, beneficiaria da requalificação da estrada nacional 125, tal como veio a suceder; As Autarquias Locais seriam apoiadas na melhoria da rede viária intermunicipal, porquanto nela o fluxo de tráfego é considerável e tende a aumentar, contribuindo para as estatísticas do índice de sinistralidade rodoviária; haveria para os residentes num raio de 30 (trinta quilómetros) isenção de pagamento. Estou seguro que ainda hoje são defensáveis, mas esse não é o objecto desta intervenção que, no essencial, se resume a informar, esclarecer e extinguir, as dúvidas dos que, tendo outra opinião legítima, devem evitar juízos distorcidos, julgamentos apressados e, com humildade, reconhecerem que não são os únicos detentores da razão, nem dispõem do exclusivo, na promoção e defesa dos interesses regionais e locais. A meu ver, até prova em contrário, houve perda de tempo, de dinheiro, de capacidade negocial e os mesmos que, ontem se opuseram, assistem hoje, à humilhação das portagens impostas por uns senhores, lá de fora, que nos vêm dizer como se deve governar. Tudo isto se afigura revoltante, mas enfim! Ao menos registe-se para memória futura. Obrigado.”-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS), em nome dos Deputados Municipais do PS, deixou um Voto de Saudação, pela vitória eleitoral do Partido Social-Democrata, nas últimas eleições Legislativas, que se realizaram no dia 5 de Junho de 2011. Afirmou que o povo tinha escolhido e em Democracia ganha-se e perde-se, sendo isso a grande lição do 25 de Abril. Terminou dizendo ter a certeza de que o Partido Socialista iria fazer uma boa oposição.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “Consideramos que a relação entre o Estado e os cidadãos deve basear-se nos princípios da boa-fé, da proporcionalidade, da reciprocidade e do mútuo respeito. Deste modo, a introdução legislativa, com a Lei do Orçamento de Estado de 2011, de forte penalização sobre o atraso do pagamento da água, não cumpre os princípios acima descritos e penaliza gravemente os cidadãos do Concelho de Lagos. Os consumidores de água canalizada, que não têm outro fornecedor que não as câmaras municipais, poderão vir a incorrer num



processo de execução fiscal por causa de um só dia de atraso no pagamento da sua conta mensal de água, sujeitando-se ao pagamento de valores bastante acima do consumo registado, ou, por excesso, até mesmo à penhora dos seus bens. Tal medida, a ser aplicada, constitui um roubo descarado ao cidadão português, para mais, quando na situação anterior o consumidor com o pagamento em falta já era penalizado com juro de mora e o eventual corte de abastecimento no caso de persistência da falta. Deste modo, a Assembleia Municipal de Lagos vem, por este meio, repudiar veementemente, estas medidas governamentais que visam tapar o défice orçamental do Estado com o ataque descarado às populações, criando as mais radicais injustiças e agravando a gestão dos orçamentos familiares.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “Considerando que: a) a introdução de portagens na A22 se encontra, por ora, suspensa; b) a Via do Infante não pode ser considerada uma estrada de modelo de financiamento SCUT – sem custos para o utilizador – pois mais de dois terços foram pagos pelos fundos comunitários e verbas do Orçamento de Estado; c) a Via do Infante foi construída para ser uma via estruturante para uma região caracterizada por uma malha populacional dispersa, pelo que tem contribuído fortemente para dinamizar económica e socialmente a região do Algarve; d) a introdução de portagens na Via do Infante é profundamente prejudicial e injusta para a economia e as populações, em particular para as empresas e os trabalhadores algarvios, estes já severamente castigados pela crise económica e social, apresentando o Algarve uma das maiores taxas de desemprego do País; e) a colocação de portagens na Via do Infante irá dissuadir muitos turistas, em particular os espanhóis da Andaluzia, de visitarem a região, contribuindo , assim, para uma maior perda de competitividade numa das áreas-chave da economia algarvia: o turismo; f) a construção da Via do Infante permitiu o decréscimo dos acidentes mortais na EN 125, situação que se verá invertida com o previsível aumento de veículos em circulação na EN 125, caso a cobrança de portagens seja efectivada e atendendo à perigosidade desta última. Considerando, então, que a instalação de portagens na Via do Infante é uma medida socialmente injusta e que não permite um combate eficaz às assimetrias socioeconómicas e regionais que caracterizam o país, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de Junho de 2011 vem, de forma veemente, rejeitar a efectiva cobrança de portagens na Via do Infante. Que esta moção seja dada a conhecer ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, ao Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve, aos Grupos Parlamentares, aos Presidentes de Câmara e Assembleias Municipais do Algarve e aos Órgãos da Comunicação Social.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “1. O Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 56-F/2006, de 29 de Dezembro, regula a actividade das empresas de capital total e maioritariamente detido por autarquias locais. 2. Sucede que, desde a aprovação do primeiro Regime Jurídico das Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 58/98, de 18 de



Fl. 34v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Agosto, que a criação deste tipo de empresas é vista como veículo de “fuga para o direito privado” e de desorçamentação, o que permite às autarquias tornearem regras como os limites de endividamento municipal, regras de contratação pública ou a fiscalização destas actividades pelos órgãos deliberativos. 3. Muitas empresas do Sector Empresarial Local são verdadeiramente redundantes e executam actividades que antes eram desempenhadas de modo mais eficiente e transparente pelos próprios serviços directos das autarquias. 4. A desorçamentação que pode ocorrer com o fenómeno do Sector Empresarial Local ao permitir a acumulação de dívidas, a par da transferência de montantes elevados por parte dos executivos municipais para cobrir partes destas dívidas, contribui para a falta de credibilidade e para o agravamento da debilidade das contas públicas portuguesas. Tendo em contas as seguintes considerações: A gestão dos dinheiros públicos deve ser rigorosa, ponderada e fiscalizada pelo órgão competente, a Assembleia Municipal. É necessária uma absoluta transparência nas contas públicas e que é preciso combater o desperdício financeiro; Em época de grave crise importa reforçar os apoios sociais e económicos às famílias e empresas. O Bloco de Esquerda, em sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 27 de Junho de 2011, recomenda ao Executivo Municipal o seguinte: A extinção das empresas municipais Futurlagos e Lagos em Forma passando as suas funções a ser exercidas pelos serviços municipais competentes e garantindo aos trabalhadores provenientes do quadro de pessoal do município a manutenção da sua relação laboral.”-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) fez a respectiva apresentação dos documentos presentes pelo Grupo Municipal do BE ao Plenário.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DA DEPUTADA MUNICIPAL	HORA
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	21.23

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) chamou à atenção do Executivo Camarário, e da fiscalização da Câmara, para uma situação grave que se verifica na Praia da Luz, uma vez que existem vendedores ambulantes que não pagam qualquer tipo de licença, mas mesmo assim tomam conta de um grande espaço reservado aos vendedores ambulantes, impedindo que alguns vendedores ambulantes, com licenças em dia, exerçam a respectiva actividade, levando a actos de agressão e ameaça. Sugeriu que a Câmara tomasse posição relativamente a este assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD), referindo-se aos documentos apresentados pelo BE, disse que há muito que o PSD, em relação às Empresas Municipais, tem dito ao Executivo Municipal que a forma como as mesmas foram criadas, não trouxe uma mais valia para a o Município, dando o exemplo do atraso no desenvolvimento do Plano de Urbanização da Meia Praia a cargo da Futurlagos e das contas da Lagos-em-Forma. Acrescentou que a Câmara Municipal está devidamente apetrechada para laborar nas áreas das Empresas Municipais. Em relação ao documento do BE sobre



as execuções fiscais disse que o mesmo levanta-lhe algumas dúvidas, acrescentando que esta questão tem a ver com a Câmara Municipal e não com o Orçamento do Estado, sendo prova disso o número baixo de Câmara Municipais do País que aplicam esta fórmula, pelo que a Câmara de Lagos deveria alterar este procedimento de execução fiscal afecto à cobrança de água fora do prazo de pagamento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por felicitar o Sr. Carlos Bonança pela sua intervenção no Período de Intervenções do Público. Sobre o documento apresentado pelo BE em relação às execuções fiscais, disse que o mesmo está no futuro, quando a situação já se verifica no Município de Lagos. Referiu que a situação não decorre só do Orçamento de Estado, mas sim de uma decisão da Câmara Municipal, porque se decorresse do Orçamento de Estado, esta situação teria de ser igual em todos os municípios e em todas as outras situações (cobrança de mercados, de apoios à família, alvarás, etc.) e isso não se verifica. Disse que outras situações deveriam ter servido de base para a elaboração do documento apresentado pelo BE, como por exemplo o facto do que está a ser cobrado não constar no Regulamento, pelo que a cobrança que está a ser efectuada vai contra o estipulado no Regulamento Municipal. Sugeriu que a moção fosse alterada no sentido de ser suspenso o que está a ser feito pela Câmara Municipal ao arrepio do Regulamento existente, até que o mesmo seja alterado.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) afirmou que um processo fiscal só por falta de um dia de pagamento, não acontece na Câmara Municipal de Lagos.-----

-----Neste momento alguns Deputados Municipais, de outras Bancadas, fizeram-se ouvir no sentido de demonstrar à Sra. Maria Fernanda Afonso de que estava errada, tendo a Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) solicitado a intervenção da Câmara Municipal no sentido de esclarecer esta situação.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) disse concordar com o que foi dito pelo Sr. José Manuel Freire, acrescentado que a intervenção deste Deputado Municipal rectifica, no geral, o documento apresentado pelo BE. Anunciou que a Moção tinha que ser alterada e assim retirava a mesma para ser novamente apresentada em próxima oportunidade.-----

-----Assim, foi pelo Grupo Municipal do BE, retirada a Moção “Contra o processo de execução fiscal devido ao atraso no pagamento de água”.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) anunciou que iria votar a favor do documento sobre as portagens na Via do Infante. Ainda sobre a intervenção do Sr. José Valentim, sobre este tema, disse que a mesma era uma opinião pessoal, uma vez que o PSD tem votado sempre contra, na Assembleia Municipal, a introdução de portagens na Via do Infante.-----

-----Posto isto foi a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, sobre “Introdução de portagens na Via do Infante (A22), colocada à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	4	0	1	1	6
ABSTENÇÕES	3	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	15	1	1	0	0	17



Fl. 35v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**DELIBERAÇÃO Nº 31/AM/2011:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE.--

-----Não participou nesta votação, por não se encontrar presente na Sala o Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), pronunciando-se sobre a proposta do BE sobre as Empresas Municipais, sugeriu que fosse acrescentado na parte final do documento “... e outros trabalhadores que desempenhem funções permanentes.”.---

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) informou que aceitava a sugestão.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que o PS, analisando o documento do BE, sobre “extinção das Empresas Municipais Futurlagos e Lagos-em-Forma e entrega da sua missão e objectivos aos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Lagos”, não se revê no mesmo, porque ao ser dito, nos considerandos do documento, que a gestão das Empresas Municipais, não é rigorosa, não é fiscalizada pelos órgãos Municipais, nem por órgãos competentes e que não existe uma absoluta transparência das contas públicas, isto não corresponde à verdade, pelo que o PS não pode rever-se neste documento. Afirmou que não se pode ignorar o trabalho feito pelas Empresas Municipais. Contudo reconhece que o bom trabalho desenvolvido pelas Empresas Municipais não significa que os Serviços da Câmara Municipal não os pudessem desenvolver de igual modo. Disse que na altura em que foram criadas as Empresas Municipais os tempos eram outros, justificando-se a opção tomada; Dadas as actuais condições das Câmara Municipais sugeriu que fosse feito um estudo no sentido de saber da viabilidade de reestruturar as Empresas Municipais.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS), em relação aos documentos apresentados pelo BE, disse que não os conseguia entender. Referiu que qualquer serviço prestado que não seja pago, atempadamente, vai para execução fiscal, o texto do documento sobre a introdução de portagens na A22, estava confuso e em termos jurídicos a parte final do documento relacionado com as Empresas Municipais, está outra confusão.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se a parte final da intervenção do Sr. Hugo Pereira era para passar a documento ou se era só conversa.-----

-----A Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, relativamente às execuções fiscais relacionadas com a cobrança de água, que, em termos informáticos, quer seja um dia de atraso, quer sejam mais, já não há possibilidade de recuo, no entanto disse que iria averiguar esta situação junto dos Serviços da Câmara.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) confirmou a situação de entrada em execução fiscal, no dia a seguir ao último dia de pagamento voluntário, por força do sistema informático.-----

-----Posto isto foi a Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, colocada à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:



	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	0	1	1	7
ABSTENÇÕES	1	0	1	0	0	2
VOTOS CONTRA	18	0	0	0	0	18

-----**DELIBERAÇÃO Nº 32/AM/2011:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Queria aqui deixar, mais uma vez, vincada a posição do PSD, que é uma posição de princípio em relação às Empresas Municipais e à forma como as mesmas têm vindo a desenrolar a sua actividade no Município de Lagos, sendo que basta termos acesso às contas das mesmas para vermos que todos aqueles receios que foram vinculados pelo PSD desde o início da formação destas Empresas, vieram a se confirmar. Estamos perante duas situações que contribuem, em muito, para o desequilíbrio financeiro que graça no Município, estamos a falar de duas entidades que por si não têm, neste momento e na nossa opinião, condições para gerirem aquilo que a Câmara lhes deu para gerir, sendo certo que, em termos da estrutura municipal camarária, todo o objecto que foi transmitido a essas empresas, seriam melhor geridos, pelo que, por uma questão de princípio o PSD vota contra, ao fim e ao cabo, vota a favor da Recomendação e a favor da extinção das Empresas Municipais.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 22 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia, apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, na sequência de uma solicitação da Câmara Municipal: “Introdução de 1 Ponto na Ordem do Dia, ao abrigo do Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007: - Apreciação e votação da proposta de Nomeação de Auditoria Externa para Certificação das Contas do Município de Lagos. Este Ponto passa a ser o Ponto 9 da Ordem do Dia.”-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Alteração apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 33/AM/2010:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Alteração, à Ordem do Dia, apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 34/AM/2011:**



Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO NO MONTANTE DE 1 910 548,00€:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 501-18.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) começou por dizer que tinha sido com alguma preocupação que tinha ouvido as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque falou em esgotamento da capacidade de endividamento a curto prazo; de graves dificuldades de tesouraria, de falha total de tesouraria; de estar a efectuar-se este empréstimo para a criação de um “fundo salarial”, para pagamentos a fornecedores, e tudo isto faz prever que a situação actual da Câmara Municipal, em termos económicos e financeiros, é bastante grave. Perguntou o que estava a ser feito, em termos efectivos, para a diminuição da despesa, por modo a fazer face a esta situação gravíssima que pode, pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal, colocar em causa o funcionamento da própria Autarquia e que receitas estava prevista arrecadar este ano que possam, de alguma forma, combater a situação. Referiu que o PSD já estava à espera desta situação, tendo levantado várias vezes o assunto em relação a determinadas situações que contribuíram, efectivamente, para o endividamento municipal.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que uma das preocupações do CDS era quais as prioridades da utilização do empréstimo, sendo que na introdução do assunto o Sr. Presidente já tenha referido que seria para pagar a alguns fornecedores mais atrasados, só que gostava de saber quais as entidades que vão ser privilegiadas com pagamentos. Perguntou quais os meios que a Câmara iria utilizar para fazer face à amortização mensal do empréstimo e se as dívidas com os parques de estacionamento, A Onda e novo Edifício da Câmara Municipal, iriam ser privilegiadas com este empréstimo. Perguntou ainda se a Câmara tinha algum plano para uma reestruturação financeira, para evitar o sufoco.-----

-----A Sra. Carla Escarduca (BE) disse que o BE compreende a necessidade da contracção do empréstimo em causa, que permite a continuidade da actividade e de projectos da Câmara Municipal e no caso pagamentos a fornecedores, mas deixou a ressalva de que a Câmara Municipal deveria ter acautelado a crise no imobiliário, que já desde dois mil e sete que era falada. Referiu que, se a curto prazo se consegue sobreviver, como será que vai viver a próxima geração, que tem que pagar esta dívida. Disse que o investimento urbanístico e imobiliário cessou e por isso perguntou o que ia ser feito às casas que continuam vazias. Referiu que o sol e mar foram a base para construir e gerar receitas que criaram projectos que vão ser despesas para o futuro, mas agora a construção já não gera receitas. Acrescentou



que as Câmaras do interior do País, ao não terem sol e mar para oferecer, não sentem tanto este problema.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que, em Abril o Sr. Presidente da Câmara disse à comunicação social que estavam a ser elaborados estudos para um Plano de saneamento financeiro do Município de Lagos, sendo que ainda não são conhecidos esses estudos, por isso perguntou o que é que a Câmara estava a estudar em relação a este assunto a médio e longo prazo.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, agradeceu as questões colocadas e encara-as como contributo para a resolução do problema que existe e que é bastante grave, mas não é bastante grave só em Lagos, é também bastante grave por todo o País, estando muitos municípios muito pior que o de Lagos, sendo prova disso a capacidade de endividamento de que o Município de Lagos ainda dispõe. Esclareceu que este empréstimo destina-se a fazer face às dívidas de tesouraria de curto prazo e imediatas, acrescentando que até Junho de dois mil e dez está tudo pago, com excepção dos fornecedores que têm dificuldades em obter certidões da Segurança Social e fiscal. Disse que actualmente estão cerca de nove milhões de euros em dívidas a fornecedores, sendo que cerca de dois milhões ainda estão no prazo de sessenta dias para efectuar o pagamento, cerca de três milhões são dívidas à Águas do Algarve e à Algar. Informou que a prioridade é pagar as dívidas mais antigas. Disse que todos os outros empréstimos que o Município tem com a banca estão em dia e por isso outras situações vão ficando por regularizar e daí ser necessário este empréstimo a curto prazo. Informou que este empréstimo servirá para pagar a fornecedores e constituir um fundo que permitirá aliviar um outro fundo já existente na Câmara, não entrando nestes pagamentos as dívidas de médio e longo prazo, ou seja, A Onda, Edifício da Câmara e parques de estacionamento. Afirmou que este empréstimo não é para ser pago por futuras gerações, uma vez que é de curto prazo e assim como os acordos que foram feitos de regularização de dívida para serem pagos até Outubro de dois mil e treze, espera honrar estes pagamentos. Disse ser verdade o facto de desde dois mil e sete se falar numa crise no imobiliário, só que nessa altura estava a andar uma “máquina” que era muito difícil fazer parar. Informou que esgotar a capacidade de endividamento em dois mil e onze não significa que em dois mil e doze não se possa ter mais capacidade de endividamento, quer de médio, longo prazo, quer de curto prazo. Referiu que a Câmara já tem implementado diversas acções e tem em curso diversos estudos que a seu tempo serão dados a conhecer. Disse que está a ser contida a despesa municipal e a actividade municipal e não podem ser tomadas mais medidas no imediato uma vez que não se sabe o que vem por aí do Governo recentemente empossado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que depois desta intervenção do Sr. Presidente da Câmara tinha ficado na dúvida e na incerteza da situação, actual, da Câmara Municipal. Referiu que, independentemente do Sr. Presidente da Câmara Municipal querer argumentar que a culpa é do novo Primeiro-Ministro, que a culpa é da crise internacional, que a culpa é da banca, ou que tudo isto em conjunto de alguma forma contribuiu para o estado actual das contas municipais, não deve o Município esquecer que quem contribuiu, com a maior percentagem, foram as políticas que



Fl. 37v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Este Executivo seguiu em termos de gestão municipal. Disse que tudo o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara preocupa o PSD e o que ficou por explicar é o facto de como a Câmara vai resolver a situação do endividamento municipal e da rotura financeira da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se não fosse feito este empréstimo qual a previsão para fazer os pagamentos que vão ser efectuados com este empréstimo e porque não seguiu a Câmara esta metodologia para situações idênticas anteriores.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse compreender a atitude do PSD, uma vez que há que arranjar uma razão para votar contra, mas é preciso ter a consciência de que votar contra este empréstimo, significa votar contra a possibilidade do Município ter uma folga financeira para “injectar” nos fornecedores da Câmara Municipal. Reconheceu que tinha sido responsável pela situação verificada e tem que ser enfrentada e não é com propostas de baixar IMI em anos de queda de receitas, que se resolve o problema. Disse que se este empréstimo não fosse feito as dívidas iriam atrasar e aumentar, por quebra de receitas.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO NO MONTANTE DE 1 910 548,00€**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	0	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	1	1	1	3
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 35/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a contratação de Empréstimo de curto prazo no montante de 1 910 548,00€ (um milhão noventa e oito mil quinhentos e quarenta e oito euros), para ocorrer a dificuldades de tesouraria, com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) - BBVA, nos termos previstos no nº 7 do Artigo 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e da alínea d) do nº 2 do Artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de Junho de 2011.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Dizemos não ao caos da situação financeira da Câmara Municipal. A Proposta de Contratação do Empréstimo a Curto Prazo aqui hoje votada na Assembleia Municipal é quase o canto do cisne deste executivo a quem amanhã só restará uma percentagem mínima de endividamento a médio, longo prazo e o inevitável procedimento de reequilíbrio financeiro. Para adivinhar o caminho a trilhar, não há necessidade de evocar Nouriel Rubini, porquanto está frente de todos as consequências da desastrosa gestão socialista. Assim, a gestão económica e financeira levada a cabo pelo executivo socialista, que lidera maioritariamente a Câmara Municipal de Lagos, tem revelado,



ao longo dos últimos 10 anos, uma enorme incompetência técnica e uma grande irresponsabilidade política. O executivo socialista tem alicerçado a sua gestão dos dinheiros públicos num percurso autista de completo descontrolo, com o endividamento a crescer desmesuradamente. Há 10 longos anos que o PSD, e diga-se, justamente, os seus autarcas na Câmara e Assembleia Municipais, tem vindo a denunciar o descontrolo da gestão ruínosa do Partido Socialista. Esta gestão tem vindo progressiva e drasticamente a hipotecar o futuro, criando e agravando uma situação hoje muito complexa, cuja solução vai seguramente exigir pesados sacrifícios durante muito tempo. É a falta de rigor. É a falta de planeamento. É o descontrolo e o despesismo. É o endividamento galopante. Em suma, a Câmara Municipal de Lagos hipotecou o futuro dos Lacobrigenses. Ao longo de todos estes anos, uma outra prática corrente da Câmara Municipal de Lagos tem sido a apresentação sistemática de orçamentos empolados e irreais. São documentos que não têm qualquer credibilidade e, muito menos, servem como instrumento de gestão como, de facto, deveriam servir. Pela análise das várias contas de gerência da gestão socialista, pode-se identificar uma progressiva tendência de redução da taxa de execução orçamental. Mas mais grave ainda, é que as Receitas têm vindo a ter uma baixíssima taxa de execução, o que vem revelar uma enorme falta de capacidade para realizar/captar e promover investimentos. Aliás, até a capacidade de investimento público municipal estagnou. A regra do equilíbrio financeiro, ou seja, aquela que impõe o equilíbrio entre as receitas correntes e as despesas correntes é outra das regras que tem vindo a ser sucessivamente desrespeitada pela Câmara Municipal de Lagos. Foi com o Partido Socialista que as despesas correntes começaram a ficar irremediavelmente descontroladas. Daqui se conclui que as opções políticas do executivo socialista têm conduzido ao crescimento desmesurado dos encargos correntes, em detrimento do tão necessário investimento. Os indicadores de 2009/2010/2011 são bastante preocupantes e falam por si: - Os custos aumentaram e os proveitos baixaram; - Os custos com pessoal aumentaram; - Os custos com fornecimento de bens e serviços aumentaram; - As despesas correntes absorvem desmesuradamente os recursos. A conclusão de tudo isto é um Endividamento Galopante. Para muitos especialistas nesta matéria, o ritmo galopante do endividamento municipal é o principal estrangulamento das finanças da autarquia. O endividamento ultrapassou a barreira do razoável. A dívida a fornecedores é incomportável. E agora vêm os senhores querer aprovar os empréstimos de curto prazo, que deveriam servir para acorrer a dificuldades momentâneas de Tesouraria. Vão transformar-se num empréstimo permanente, com custos elevados e que não resolvem nenhuma questão de fundo. Aqui, hoje, deveríamos estar a discutir medidas para diminuir a despesa e captar investimento privado para o concelho. Os senhores deveriam estar a apresentar medidas concretas de diminuição da despesa, articuladas numa estratégia de sustentabilidade financeira de incentivo à dinamização da economia local. Em suma a política municipal é o espelho do último governo socialista, em que na boca de quem governa tudo está bem, que as dificuldades são momentâneas, que tudo o que foi feito foi bem feito e era inevitável e que a gestão foi e é a adequada. A negação e a mentira são a consequência do autismo político a



Fl. 38v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

que os senhores se reservam é inadmissível e insustentável num tempo em que a política deve ser interventiva, profilática e concreta, estarmos paralisados perante a incapacidade de um executivo que recusa olhar a realidade do concelho que deve governar e adaptar a sua política à realidade dos tempos. Razão pela qual votamos contra.”-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, solicitou a palavra evocando a defesa da honra e disse o seguinte: “Numa Declaração de Voto chamarem-me de mentiroso, além de não ser razoavelmente educado e elegante é contrário às boas regras de uma discussão política educada e democrática. Dizer que é política de mentira, eu não posso deixar passar em claro. Gostaria de registar para a Acta, em nome do Executivo e não só, porque o Executivo tem muitos auxiliares nas políticas que pratica, gostava de registar para a Acta, o meu não conformismo perante semelhante afirmação.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Filomena Sena: “O CDS não quer, com a sua votação, constituir um problema a uma possível solução que o Executivo preconiza para pagamento das suas dívidas a curto prazo. Há necessidades a honrar, há necessidades de honra, há necessidades de pagamento e nisso o CDS está de acordo com a posição assumida pelo Executivo. Quero só aqui relembrar uma situação; acho que neste momento teremos que ter uma política de solução e não uma política de estar a teorizar e com paradigmas que já estão mais do que ultrapassados. Recordo as palavras do nosso Primeiro-Ministro, neste momento, Dr. Passos Coelho, que teve uma posição de honra em “esqueçamos o passado vamos caminhar para o futuro para solucionar os problemas do nosso País.”-----

-----**PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-501-20.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) disse o seguinte: “Estamos a viver uma crise Mundial, Nacional e Local. Não é novidade para ninguém, por isso não vale a pena continuar a lamentar, devemos sim arregaçar as mangas e levantar a cabeça. Como Lacobrigense, fico muito satisfeito ao ver que também há Lacobrigenses no executivo Municipal, preocupados com este problema e que estão a tentar suavizar os gastos. Tenho consciência que não se devem tomar decisões drásticas, mas como diz a sabedoria popular, “Grão a Grão enche a galinha o papo” e com estas atitudes podemos ir aguentando o dia a dia. Por outro lado preocupa-me que certas pessoas que se intitulam Lacobrigenses coloquem a política à frente de assuntos tão importantes em prejuízo da população e de Lagos, como podemos ver claramente na acta da reunião de Câmara de 18 de Maio de 2011, mais especificamente na deliberação nº 143, onde foi aprovado por maioria a alteração do Contrato de Locação de Suportes Publicitários e Camarote VIP, celebrado em 29 de Junho de 2009, reduzindo de 100.000,00€ para 60.000,00€, o preço das prestações anuais a pagar pela Autarquia. Este poupar de 40.000,00€ foi aprovado por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Nuno Marques e José Reis. Na



deliberação nº 150 da mesma reunião foi aprovado por maioria a revogação de um subsídio atribuído à ACTUS II, UNIPESSOAL, LDA, em face da actual conjuntura, com a abstenção dos mesmos senhores Vereadores. Saudamos estas e outras decisões do executivo municipal, por mais difíceis que as mesmas se apresentem e por mais incompreensões que possam causar, pois que está em causa o equilíbrio das contas municipais tão degradado pela crise que nos assola.”-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim) perguntou qual o ponto de situação do Plano de Pormenor de Bensafrim.-----

-----A Sra. Isabel Azevedo (PSD) chama à atenção para o facto de se referirem à Escola Tecnopólis, na Informação do Sr. Presidente, como Escola Secundária e não Escola do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, como é a denominação correcta.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou mais informações sobre o protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Direcção Regional de Agricultura sobre a mata de Barão. Perguntou qual o ponto de situação relativamente ao Lago da Praça do Infante. Solicitou ainda mais informação em relação à adesão da Câmara Municipal à Rede Piloto da Mobilidade Eléctrica.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) disse que, infelizmente, quando se está em contenção, corta-se na cultura, mas no caso da Câmara de Lagos isso não se verifica, salientando os protocolos de colaboração assinados na área da música e do teatro, em especial com A Companhia de Teatro do Algarve, que tem feito um bom trabalho junto dos jovens. Referiu que as Escolas do Concelho têm contribuído para a boa formação da população, tendo a Escola Secundária Júlio Dantas comemorado o seu vigésimo oitavo aniversário com um evento todo ele preparado por alunos do curso EFA – Curso de Educação e Formação de Adultos. Realçou ainda os protocolos assinados com Universidades.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) solicitou informações sobre o Campo de Golfe de Espiche e sobre uma reunião com a Estradas de Portugal, sobre o ponto de situação das obras na EN 125, bem como das reuniões feitas com a GNR, sobre o hotel Golfinho e sobre a aquisição das antigas instalações da EDP.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) referindo-se à venda de frutas e legumes na berma da EN 125 entre a saída de Lagos e a rotunda em Odiáxere para a A22, disse que a mesma não é legal e apelou à Câmara Municipal que actuasse no sentido de repor a legalidade. Disse que tinha feito uma visita ao Quartel da GNR e não queria acreditar no mau estado em que se encontravam as instalações, apelando no sentido da conjugação de esforço, por parte de todos, no sentido de se resolver esta situação. Convidou todos os presentes a participarem, no fim de semana de 1 a 3 de Julho, nas festas referentes a mais um aniversário da elevação da povoação de Odiáxere a Vila.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) perguntou sobre o ponto de situação da conclusão da obra, à superfície, do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha. Referindo-se ao mau estado das instalações da sede do Clube Artístico Lacobrigense, principalmente do telhado do Salão, perguntou se estava prevista



Fl. 39v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

alguma intervenção por parte da Câmara, no sentido de prevenir males maiores no edifício.-----

-----O Sr. Carlos Ribeiro (PS) disse que os passadiços de acesso à Meia Praia estão muito degradados. Referiu que as protecções feitas às dunas da Meia Praia deram resultado, mas estão igualmente degradadas o que leva a que as pessoas voltem a frequentar as mesmas. Disse que ao fim de semana e aos feriados muitos vendedores ambulantes, sem licença, abundam no Centro Histórico, fazendo concorrência desleal às lojas que vendem produtos idênticos. Em relação à publicidade em outdoor's, disse que tinha que ser feita uma limpeza, mas a que foi feita foi inoportuna e brusca, sendo que os outdoor's eram uma boa fonte de receita para o Município. Chamou ainda à atenção para o facto de existirem músicos que actuam na via pública com som amplificado o que não ajuda a quem quer trabalhar, como foi o verificado ao longo da presente noite.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD), sobre a segurança no Concelho, perguntou se este Verão iria haver um reforço de homens e meios para Lagos. Disse que os números sobre a ocupação turística em Lagos não são animadores. Referiu que a limpeza urbana, no centro histórico, tem tido algumas oscilações e por isso perguntou a que se devia esta situação. Solidarizou-se com o Sr. Luís Bandarra e Carlos Ribeiro em relação às intervenções destes sobre a venda ambulante, acrescentando que o vendedor situado junto à rotunda de Odiáxere de acesso à A22, tem licença da Câmara Municipal. Afirmou que a venda ambulante não legal carece de uma intervenção concertada, por forma a proteger quem paga os seus impostos.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que junto ao restaurante Gaiyota Branca, na Meia Praia, existe um painel da Câmara Municipal que diz que em 31 de Maio de 2011, estaria concluído um passadiço para atravessar a via férrea em segurança, ora tendo passado o prazo e não estando pronta a obra, sugeriu que o painel fosse retirado.----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) perguntou se a fonte cibernética ou espelho de água, previsto para a Praça do Infante vai algum dia funcionar ou se a Câmara pensa responsabilizar a empresa, caso este equipamento não seja colocado em funcionamento. Referiu que a Câmara gasta bastante dinheiro na limpeza da cidade, mas aos fins de semana há determinadas ruas que parece que passou pelas mesmas uma guerra de copos e de garrafas; sugeriu que fossem sensibilizados os proprietários dos bares para colocarem caixotes de lixo à porta dos estabelecimentos, tentando que os clientes coloquem o lixo nos respectivos caixotes. Referindo-se às instalações da GNR, disse que esta força de segurança carece de melhores instalações.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que a Informação é um documento que espelha muitíssimo bem o trabalho de todo o Executivo e da Câmara Municipal e mostra o muito dinheiro que está envolvido no normal funcionamento do Município.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referindo-se à venda ambulante ilegal, disse que esta situação tem tendência a aumentar à medida que as dificuldades vão aparecendo. Perguntou quantos fiscais tem a Câmara no presente a exercer as suas funções. Em relação às instalações da GNR disse também conhecer as más



condições das mesmas tendo inclusivamente o PCP apresentado o problema na Assembleia da República. Acrescentou ainda, sobre este assunto, que no seguimento das diligências do PCP o Sr. Presidente da Câmara, disse numa entrevista, em directo, para a Antena 1 que “o PCP tinha descoberto a pólvora”, pelo que o Sr. Luís Bandarra está sujeito a ouvir a mesma citação.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que tinha ficado chocado com as más condições da GNR e não descobriu a pólvora, apenas quer tentar arranjar uma solução para o problema.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que se um dia o assunto da GNR vier à Assembleia Municipal, como veio o da PSP, espera que as forças políticas não tenham a mesma atitude que tiveram aquando da construção da Esquadra da PSP.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por agradecer as intervenções e disse que todas as intervenções dos Srs. Deputados Municipais, são bem vindas. Saudou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, pela sua intervenção, que parece que ofendeu a honra do Sr. Vereador Nuno Marques, se bem que a intervenção do Sr. Pedro Cruz não se possa comparar com muitas das intervenções do Sr. Vereador Nuno Marques, nas reuniões de Câmara, essas sim ofendendo a honra do Presidente de Câmara. Referiu ainda que o que conta para o PSD de Lagos é o “deitar abaixo”, custe o que custar, quando se esperaria, por parte da oposição, mais responsabilidade e mais cooperação. Em relação ao Plano de Pormenor de Bensafrim, disse que o mesmo, ao fim de muito tempo parado, desencalhou, esperando a todo o momento que o Plano seja uma realidade. Reconheceu que existe um erro na Informação ao designar a Escola Tecnopólis como Secundária. Sobre o Protocolo relacionado com a Mata de Barão, disse que o mesmo irá produzir efeitos depois de assinado, esperando que os novos responsáveis pela Agricultura dêem andamento ao acordo. Acrescentou que o Protocolo vai permitir que a Câmara jogue a mão a uma coisa que é municipal. Ainda sobre a Mata de Barão, informou que a Vicentina apresentou uma proposta à Câmara no sentido de se candidatarem a um fundo comunitário para que a Casa do Guarda passasse a ser um ponto de apoio na Via Algarviana. Em relação à fonte cibernética da Praça do Infante disse que a mesma tem tido muitos contratemplos, mas a Câmara Municipal tudo tem feito e tudo está a fazer para que a fonte trabalhe como o previsto. Sobre a obra de conclusão da superfície do parque de estacionamento da Frente Ribeirinha informou que a mesma será iniciada após o Verão. Disse que a adesão à Rede Piloto da Mobilidade Eléctrica, nesta fase inicial, serve para que vários Municípios se candidatem a fundos comunitários, com vista à criação de zona de abastecimento de veículos eléctricos que se desloquem a Lagos. Saudou as intervenções das Sras. Clara Rato e Maria Fernanda Afonso, que realçaram aspectos positivos que também os há e, de vez em quando, também devem ser referidos. Em relação ao Campo de Golfe de Espiche disse que na sequência de alterações legislativas, pode-se fazer campos de golfe em reserva ecológica nacional, só que a licença emitida pela Câmara Municipal, na década de noventa, está impugnada pelo Estado e não produz efeitos, pelo que estão a ser



Fl. 40v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

feitos todos os esforços para que seja emitida uma licença de construção e respectiva licença de utilização, tendo os particulares feito o que a nova lei exige, estando a ser estudado o passo a dar a seguir. Disse que a requalificação da EN 125 segue um pouco atrasada para o que era desejável, mas a variante de Lagos está a ser feita, assim como algumas rotundas; sobre a variante de Odiáxere disse que a mesma está prestes a entrar na discussão pública. Ainda sobre as obras na EN 125, no Concelho de Lagos, disse esperar que nada faça voltar atrás o que está definido e espera que se algo acontecer no sentido de não avançar o que está previsto, todas tenham capacidade de reivindicar o que é de direito. Em relação a investimento no Concelho, disse que estão para inaugurar diversos equipamentos hoteleiros e outros estão prestes a arrancar com as obras de construção. Lamentou não existir investimento no Quartel da GNR, mas não é por falta de vontade da Câmara Municipal que tudo tem feito para tentar ajudar a solucionar o problema; Referiu que a Assembleia Municipal deveria pronunciar-se sobre este assunto, pressionando dessa maneira as entidades competentes, uma vez que o Estado é que é responsável pela obra, estando a Câmara Municipal disponível para colaborar. Ainda sobre o Quartel da GNR, referiu que realmente o PCP, não tinha descoberto a pólvora, quando veio dar conhecimento ao Governo e à Câmara Municipal, das más condições do mesmo, assim como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, também não descobriu a pólvora ao ver que a GNR está mal instalada. Sobre o edifício das antigas instalações da EDP disse que há um princípio de acordo de aquisição no sentido de instalar a sede do CCD, a Junta de Freguesia de S. Sebastião e mais um ou dois clubes. Informou que ia averiguar se os vendedores junto à EN 125 têm licença ou não. Em relação à sede do Clube Artístico Lacobrigense disse que a mesma é municipal e que existe um projecto de intervenção, pelo que a Câmara vai solicitar um empréstimo, de longo prazo, no sentido de efectuar obras em património municipal. Sobre os passadiços da Meia-Praia disse que iria passar a informação à ARH, apesar desta já ter conhecimento da situação. Em relação à passagem junto ao restaurante Gaivota Branca, disse que a mesma resulta de um acordo feito com a CP, mas duvida que a dita seja feita proximamente. Sobre a questão da venda ambulante, disse que é uma questão recorrente e vai, de facto, piorar, uma vez que a Câmara Municipal, não tem recursos humanos para fiscalizar como o deveria, apesar de a Câmara estar a tentar resolver este problema. Disse que ia verificar se os músicos que amplificam as suas actuações têm licença. Em relação à segurança, disse que os números indicam que há menos criminalidade, embora tenham acontecido, em Lagos, três ou quatro incidentes, com armas de fogo. Em relação a ocupação turística, disse que o inverno foi mau, mas já próximo do Verão, os responsáveis hoteleiros em Lagos, têm dado a informação que a ocupação está dentro dos valores normais para a época e que existem mais reservas para o Verão, em comparação com o ano passado. Em relação à limpeza, disse que apesar da Câmara ter baixado o volume deste encargo, assim como de outros, o Centro Histórico não teve grandes alterações. Referiu ainda que a Câmara tem feito diversas sensibilizações junto dos proprietários de bares, no sentido dos clientes não deitarem lixo na via pública.-----



-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Nuno Marques, ao abrigo do nº 5 do Artigo 28º do Regimento da Assembleia Municipal, pediu a palavra para exercício do direito de defesa da honra, tendo dito o seguinte: “O Sr. Presidente da Junta de S. Sebastião quis hoje também, enfim lançar algumas achas para a fogueira e tentar fugir um pouco daquilo que é o padrão das suas intervenções, compreendo. Compreendo que o que interessa, neste momento para o Concelho, do ponto de vista do Presidente da Junta e se calhar de toda a Bancada do Partido Socialista, é aquilo que o Vereador Nuno Marques e o outro Vereador eleito pelo PSD, votam na Câmara Municipal. Desde já lhe agradeço o facto, de ter mencionado e dado os exemplos que deu, porque relativamente ao Festival de Jazz de Lagos e à atribuição do subsídio à ACTUS II, haveria muito a dizer, desde logo que esta oposição, afinal de contas não vota tudo contra, não está sempre do contra, também apoia, algumas coisas, que o Executivo faz. A outra coisa que apetece dizer é que esse foi o episódio mais... vou utilizar grotesco, porque a hora já vai longa e se calhar podia usar um outro adjectivo mais suave, mas foi dos episódios mais grotescos que me lembre em dez anos, quase, que vão de actividade municipal, porque precisamente foi buscar o exemplo que demonstra bem aquilo que tem sido a descoordenação, a falta de diálogo, o não quer saber, entre os Membros do Executivo, porque esse subsídio foi à Câmara Municipal pelas mãos da Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, votamos todos a favor dessa proposta, posso depois explicar-lhe um dia, porque votamos a favor e porque no início, aqui há uns anos nós votávamos contra a atribuição desse subsídio, mas, foi aprovada essa proposta, creio que por unanimidade, e quinze dias depois o PS deu o dito por não dito... e deixe-me dizer-lhe isto, não foi com certeza por causa da contenção que essa proposta voltou para trás, procure saber das razões que levaram a que isso acontecesse e depois se quiser aparecer um dia lá na reunião de Câmara é esse o sitio mais adequado para trocarmos algumas impressões sobre isso, é aquilo que lhe posso dizer. Por outro lado não deixo de tentar atenuar um pouco a provocação de que fui alvo, porque de facto outro bom exemplo daquilo que não serve para estar bem informado é olhar para as actas das reuniões de Câmara, porque como sabe, ao contrário daquilo que era habitual, ao contrário daquilo que foi feito por este Executivo, agora de saída, ao contrário daquilo que é feito na Assembleia Municipal, as actas das reuniões de Câmara aboliram as intervenções de todos os seus Membros, não encontra, desde dois mil e sete, qualquer menção a nenhuma intervenção dos Vereadores, da oposição neste caso e também do Executivo em permanência, portanto, tenho que o desculpar de alguma maneira a desinformação porque as actas não são, de facto, uma boa fonte de informação, porque se fossem também desmentiam aquela outra provocação, que eu para encurtar a retórica vou classificar de baboseiras de fim de ciclo, de que o Vereador Nuno Marques insulta, permanentemente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos. Bem podia perguntar porquê que não é o Vereador Nuno Marques a dizer que o Sr. Presidente, há dez anos que, insulta, na honra e não só, o Membro da oposição que sou eu. Podíamos gastar uma tarde inteira com exemplos desse género. Sobre a questão do autódromo, não percebo qual é a sua surpresa, Sr. Presidente. O Partido Social-Democrata sempre foi contra, sempre foi



Fl. 41v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

contra... esse contrato que foi feito com o Autódromo. Eu para encurtar, porque a hora já vai longa, relativamente ao Autódromo, nós vamos ser sempre contra, porque nesta altura do campeonato, e também na outra altura do campeonato, mas nesta em especial estar a dar sessenta mil euros por ano, ao Autódromo é dinheiro que eu e muita gente considera mal gasto; então não há dinheiro para umas coisas e há dinheiro para outras? Isto é um luxo, para mim. Portanto seja para reduzir em quarenta mil, seja para reduzir em oitenta mil, eu só fico satisfeito quando deixarmos esse negócio ruinoso, que é um negócio que muita gente vê muitas vantagens, mas eu, até hoje, nunca percebi qual, até porque o Município de Portimão está numa de se desvincular daquele projecto, por alguma razão será, enfim. Para terminar, parece-me que o Sr. Presidente da Junta de S. Sebastião veio bater à porta errada no que diz respeito à questão das contradições quanto à contenção que é necessária. Ó Sr. Presidente, eu não sei se sabe, estive aqui a ouvir-vos, com paciência, mas contenção não há nenhuma porque a despesa corrente da Câmara Municipal continua a subir... continua a subir, portanto não há contenção nenhuma. Aquilo que foi anunciado como medidas de grandes austeridades, o resultado que está a dar é zero, zero não, é três por cento a crescer. Portanto agradeço a oportunidade, estou sempre disponível para esclarecer, não vou levar a peito aquilo que o Sr. Presidente da Junta quis insinuar, enfim, todos nós temos momentos infelizes. Reitero a minha disponibilidade para esclarecer, sempre, enfim, o que for preciso. Muito obrigado.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 4 de Julho de 2011, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto Três da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 40 minutos, da madrugada do dia 28 de Junho, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....
.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....
.....